

Questão 71 – Prova BRANCA – TIPO 01

Caio, advogado, filho de Heitor, que é chefe de repartição, solicitou ao funcionário público Kleber, que labora na repartição chefiada por Heitor, vantagem indevida em favor de seus clientes, prometendo a Kleber uma contraprestação financeira. Nesse caso, em relação às condutas de Caio e Kleber, assinale a afirmativa correta.

- (A) Caio deverá responder por advocacia administrativa, ao passo que Kleber, por condescendência criminosa.
- (B) Caio deverá responder por tráfico de influência, ao passo que Kleber deverá responder por corrupção passiva.
- (C) Caio deverá responder por corrupção ativa, ao passo que Kleber deverá responder por corrupção passiva.
- (D) Caio e Kleber deverão responder por advocacia administrativa.
- (E) Caio e Kleber deverão responder por tráfico de influência.

GABARITO OFICIAL: C**Fundamentação:**

Caio, advogado, “prometeu” vantagem indevida – “contraprestação financeira” ao funcionário público Kleber. Essa situação hipotética caracteriza o crime de corrupção ativa (art. 333, CP). Kleber, funcionário público, por sua vez, não cometeu corrupção passiva, vez que não praticou nenhum verbo do núcleo do tipo (solicitar, receber ou aceitar).

Solicitação:

Solicitamos ANULAÇÃO visto que a questão não possui gabarito.

Questão 77 – Prova BRANCA – TIPO 01

Assinale a opção que descreve situação na qual não há qualquer impedimento expresso à celebração de acordo de não persecução penal.

- (A) Eliza, acusada de delito de furto simples, primária e com bons antecedentes, possui recursos suficientes para reparar o dano, mas se recusa a cumprir esta exigência, por entender que a vítima não precisa dos recursos subtraídos.
- (B) Diogo, primário e com bons antecedentes, acusado de obter, mediante estelionato, um monociclo, recusa-se à sua restituição como condição do acordo, pois o utiliza na sua prática profissional como ator de circo.
- (C) Catarina, primária, com ação penal em curso pelo delito de dano, é acusada de furto tentado, concordou com a prestação de serviços à comunidade, mas por período inferior à pena mínima cominada ao delito.
- (D) Guilherme, primário e com bons antecedentes, é acusado de roubo simples, na modalidade tentada, tendo confessado espontaneamente a infração e concordado com o pagamento de prestação pecuniária em favor de instituição social.
- (E) Fernando, primário e com bons antecedentes, é acusado de calúnia. Embora aceite as condições de prestação de serviços à comunidade ou prestação pecuniária, se recusa à confissão do fato que lhe é imputado.

GABARITO OFICIAL: C**Fundamentação:**

A banca examinadora exigiu do candidato, para responder a questão sobre Acordo de não Persecução Penal, conhecimento de assuntos que estão fora do edital, tais como crimes de estelionato, furto tentado, roubo simples

e calúnia; e mais, não foi colocado o dispositivo legal dos crimes para interpretação por parte do candidato, o que violou o princípio da legalidade do edital.

Solicitação:

Solicitamos ANULAÇÃO da questão.

Questão 74 – Prova BRANCA – TIPO 01

As opções a seguir apresentam hipóteses de crime contra a Administração da Justiça, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Mário, gerente de instituição financeira, recebeu ordem judicial de prestação de informações sobre correntista, deliberadamente descumprida.
- (B) Marcos, suspeito de homicídio, alterou a posição do cadáver para induzir em erro a atividade de polícia técnico-científica.
- (C) Marcelo, funcionário do Ministério Público, solicitou dinheiro de parte em processo criminal, sob pretexto de influir em manifestação do órgão.
- (D) Messias induziu em erro um concorrente, mediante fraude, com intuito de obter vantagem em arrematação judicial.
- (E) Moisés continuou a exercer a atividade empresarial de que foi afastado por decisão judicial, mesmo após devidamente intimado da decisão respectiva.

GABARITO OFICIAL: A

Fundamentação:

A banca examinadora exigiu do candidato, para responder a referida questão, conhecimento do crime de violência ou fraude em arrematação judicial, do artigo 358 do Código Penal, que não consta do edital, portanto violou o princípio da legalidade do edital.

Solicitação:

Solicitamos ANULAÇÃO da questão.